



**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE SAÚDE - CNS**

Aos dezenove e vinte dias do mês de dezembro de 2024, realizou-se a Septuagésima Oitava Reunião Extraordinária do CNS. O primeiro dia aconteceu das 14h às 21h, no Hotel Brasília Imperial, Setor Hoteleiro Sul, Quadra 3, Bloco H, Asa Sul, Brasília/DF. O segundo dia aconteceu das 9h às 12h, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde “Oilton Visconde”, Ministério da Saúde, Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, 1º andar, Brasília/DF. Os objetivos da 78ª Reunião Extraordinária do CNS foram os seguintes: **1)** Participar da Posse das pessoas conselheiras nacionais de saúde para o mandato do triênio 2024-2027. **2)** Deliberar sobre o regimento e composição da Comissão Eleitoral para eleição da presidência e integrantes da Mesa Diretora do CNS - Triênio 2024-2027. **3)** Apreciar as apresentações do site do CNS e da Campanha dos Conselhos Locais. **4)** Realizar a eleição da Presidência e demais pessoas integrantes da Mesa Diretora do CNS para o triênio 2024-2027. **5)** Apreciar e deliberar sobre o calendário de reuniões ordinárias do Pleno do Conselho e da Mesa Diretora do CNS de 2025. **6)** Deliberar sobre os encaminhamentos do Pleno, os atos normativos, as demandas das Comissões Intersetoriais, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas. **ITEM 1 – POSSE DAS CONSELHEIRAS E DOS CONSELHEIROS NACIONAIS DE SAÚDE – TRIÊNIO 2024-2027 E BOAS-VINDAS** - *Composição da mesa:* **Nísia Trindade**, Ministra de Estado da Saúde; conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**; conselheira **Ana Lúcia Marçal Paduello**; conselheira **Sarlene Moreira da Silva**; **Ana Carolina Dantas**, Secretária Executiva do CNS; conselheira **Débora Melecci**; e **Fernando Zasso Pigatto**, ex-presidente do CNS. Iniciando esta solenidade de posse, o ex-presidente do CNS, **Fernando Zasso Pigatto**, fez uma fala de saudação a todas as pessoas conselheiras eleitas que seriam empossadas e manifestou satisfação com a presença da Ministra de Estado da Saúde na cerimônia, uma demonstração do compromisso com o CNS. Agradeceu a oportunidade de ter presidido o Conselho por dois mandatos seguidos e afirmou que continuaria na luta em defesa do SUS, da vida, da democracia e do controle social. A Ministra de Estado da Saúde, **Nísia Trindade**, manifestou satisfação por participar desta solenidade de posse das pessoas eleitas, resultado de um processo democrático e participativo. Em seu nome e do Presidente da República, saudou todas as pessoas conselheiras eleitas e fez um elogio ao trabalho do Conselho sob a presidência do ex-conselheiro Fernando Pigatto e demais integrantes da Mesa Diretora do CNS. Lembrou que, mesmo diante dos desafios, o Conselho seguiu firme na sua missão de garantir saúde universal e integral para todas as pessoas. Ressaltou que este Colegiado serve de modelo para outros espaços de participação e, inclusive, inspirou a criação do Conselho de Participação Social nesta gestão do Presidente da República. Também fez um destaque ao trabalho das secretarias do Ministério da Saúde articulado com as ações do Conselho, fortalecendo a parceria entre gestão e controle social, sem desconsiderar as prerrogativas de cada um desses espaços. No cenário atual, destacou como avanços a reforma tributária aprovada que prevê a taxação de produtos que fazem mal à saúde; a valorização dos programas de saúde e as ações para ampliar o acesso da população a essas políticas; e a reafirmação da integralidade do SUS e das conquistas já alcançadas. Na linha dos desafios futuros, citou a importância de enfrentar o impacto das mudanças climáticas na saúde e a desinformação na área da saúde. No mais, fez um destaque especial à valorização da participação social e o protagonismo do Brasil no debate deste tema e a contribuição do Colegiado para a aprovação da Resolução A77/A/CONF./3 “Participação Social para Cobertura Universal de Saúde e Bem-estar”, na 76ª Assembleia Mundial da Saúde da Organização Mundial da Saúde – OMS. Após esses pronunciamentos, procedeu-se à posse das pessoas conselheiras titulares, primeiras e segundas suplentes eleitas para o triênio 2024-2027, uma a

uma, em ordem alfabética, com assinatura do livro de posse. **ITEM 2 – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO E DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E INTEGRANTES DA MESA DIRETORA - TRIÊNIO 2024-2027** - *Composição da mesa:* conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, ex-Presidente do CNS; e **Madalena Margarida**, ex-conselheira nacional de saúde e ex-presidente da Comissão eleitoral do CNS. Sra. **Madalena Margarida** fez a leitura do Regulamento Eleitoral, de 19 de dezembro de 2024. O texto é o seguinte: “Regulamento Eleitoral, de 19 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a eleição para a Presidência e para a Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde para o triênio 2024-2027. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde - CNS, em sua Septuagésima Oitava Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2024, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e Resolve: aprovar o Regimento Eleitoral para as eleições da Presidência e da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde para o mandato do Triênio 2024/2027. **CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS.** Art. 1º Este Regimento Eleitoral tem por objetivo regulamentar a eleição da Presidência e da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde, de acordo com o Regimento Interno, aprovado pela Resolução CNS nº 407, de 12 de novembro de 2008, Capítulo VI, do Art. 64 ao Art. 73, para o mandato 2024/2027. Parágrafo único. A eleição realizar-se-á em 19 de dezembro de 2024, iniciando-se o processo Eleitoral a partir da aprovação deste Regimento Eleitoral. **CAPÍTULO II. DA COMISSÃO ELEITORAL.** Art. 2º A eleição será coordenada por uma Comissão Eleitoral composta de 04 (quatro) pessoas conselheiras titulares, escolhidas entre aquelas que não forem disputar cargo para a Mesa Diretora, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde com a seguinte composição: I – 2 (dois) representantes do segmento dos usuários; II – 1 (um) representante do segmento dos profissionais de saúde; e III – 1 (um) representante do segmento de gestores/prestadores de serviços de saúde. Parágrafo único. A Comissão Eleitoral terá um/a presidente, um/a vice-presidente, um/a secretário/a e um/a secretário/a adjunto/a, que serão eleitos/as pelo Pleno do CNS. Art. 3º À Comissão Eleitoral para escolha do/a Presidente e da Mesa Diretora do CNS caberá: I - Receber as inscrições dos/as candidatos/as à Presidência e à Mesa Diretora e das entidades e movimentos sociais; II - Credenciar um/a fiscal indicado/a pelas entidades ou pelos movimentos sociais que se candidataram para acompanhamento da eleição; III - Coordenar a apresentação da defesa dos/as candidatos/as, quando houver inscrição de mais de um/a, que deverá ocorrer até uma hora antes do início da votação; IV - Dar início ao processo de votação, mediante convocação nominal por lista dos/as Conselheiros/as titulares em ordem alfabética; e V - Proclamar o resultado e dar posse imediata ao/à Presidente e à Mesa Diretora. Parágrafo único. Caberá à Secretaria-Executiva, quando houver inscrição de mais de uma candidatura, confeccionar as cédulas e providenciar a urna. **CAPÍTULO III. DO PRESIDENTE E DA MESA DIRETORA.** Art. 4º A inscrição para eleição do/a Presidente e da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde será feita diretamente com a Comissão Eleitoral, no dia 19 de dezembro de 2024, no período das 16h30 às 17h30, mediante apresentação de candidatura individual, sendo facultado a qualquer Conselheiro/a titular candidatar-se. Parágrafo único. Fica vedada a inscrição de candidaturas concomitantes à Presidência e à Mesa Diretora do CNS. Art. 5º A apresentação da defesa dos/as candidatos/as, quando houver inscrição de mais de um/a, ocorrerá às 17h30, conforme tempo de intervenção definido pela Comissão Eleitoral. Art. 6º A eleição do/a Presidente e dos/a demais integrantes da Mesa Diretora ocorrerá mediante votação secreta dos/as conselheiros/as titulares do CNS e ou dos/as suplentes em exercício de titularidade, desde que comunique essa condição ao Pleno até às 17h30. §1º A eleição do/a Presidente do CNS, integrante da Mesa Diretora, terá início às 18h. §2º Eleito/a o/a Presidente do CNS, será preservada a paridade para a eleição dos/as demais integrantes da Mesa Diretora. §3º Após a apuração da eleição do/a Presidente do CNS, dar-se-á início à eleição da Mesa Diretora. §4º A cédula eleitoral da Mesa Diretora deverá constar os/as candidatos/as de todos os segmentos. §5º Os/as eleitores/as poderão votar no número de candidatos/as correspondentes ao número de vagas em disputa, vedada a repetição de votos em um/a mesmo/a candidato/a. §6º Em caso de empate, e não havendo acordo entre os/as concorrentes, haverá uma nova votação imediatamente para solucionar o conflito. §7º A comissão eleitoral poderá indicar conselheiros/as para atuarem como escrutinadores/as. Art. 7º Na eleição dos/as integrantes da Mesa Diretora, deverá ser garantida a paridade, conforme abaixo descrito: I - 02 (dois) representantes do segmento de entidades nacionais de profissionais de saúde, incluída a

comunidade científica da área de saúde; II - 02 (dois) representantes do segmento dos Gestores, entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde e entidades nacionais empresariais com atividade na área de saúde; e III - 04 (quatro) representantes do segmento de entidades e movimentos nacionais de usuários do SUS. Art. 8º Terminada a apuração, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado e dará posse imediata ao/à Presidente e à Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde. Art. 9º O resultado da eleição do/a Presidente e da Mesa Diretora será transcrito na ata de eleição e posse. **CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.** Art. 10 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidas pelo Pleno do Conselho Nacional de Saúde. Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Septuagésima Oitava Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2024.” Não havendo manifestações, a mesa colocou em votação o Regulamento. **Deliberação: o Regulamento foi aprovado por unanimidade.** Na sequência, foram indicadas as pessoas para compor a comissão eleitoral, a saber: **José Ramix de Melo Pontes Júnior; Vanja Andréa Reis dos Santos; João Alves do Nascimento Júnior; e Haroldo de Carvalho Pontes.** **Deliberação: a composição da comissão eleitoral foi aprovada por unanimidade.** **ITEM 3 – APRESENTAÇÕES DO SITE E DA CAMPANHA DOS CONSELHOS LOCAIS** - *Apresentação:* **Ana Carolina Dantas**, Secretária Executiva do CNS; **Viviane Claudino**, coordenadora da Assessoria de Comunicação – ASCOM/CNS; e **Elisangela Cordeiro**, ASCOM/CNS. A coordenadora da ASCOM/CNS, **Viviane Claudino**, apresentou o site do Conselho, para conhecimento das novas pessoas conselheiras eleitas. Em seguida, a jornalista da ASCOM/CNS, **Elisangela Cordeiro**, apresentou a campanha “Aqui Tem Conselho Local de Saúde”, uma iniciativa do CNS para promover a criação de Conselhos Locais de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde do SUS. A campanha foi homologada pela Resolução CNS nº 714, assinada pela Ministra de Estado da Saúde, **Nísia Trindade**, durante a 17ª Conferência Nacional de Saúde, e tem por objetivo fortalecer o controle social; sensibilizar os segmentos do SUS para a importância de aproximar a comunidade dos serviços de saúde; e divulgar a importância dos serviços públicos de saúde e do SUS. **Para conhecimento. Não houve deliberação.** Inversão de pauta. **ITEM 5 – REUNIÃO DOS SEGMENTOS DE USUÁRIOS, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E GESTORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS** – Neste ponto, houve um intervalo para que os segmentos se reunissem antes da eleição. **ITEM 4 – APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA E MESA DIRETORA TRIÊNIO 2024-2027** - *Composição da mesa:* conselheiro **José Ramix de Melo Pontes Júnior**; conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**; conselheiro **João Alves do Nascimento Júnior**; e conselheiro **Haroldo de Carvalho Pontes**. Conselheira **Vanja Andrea dos Santos** fez leitura das pessoas candidatas: **1) Presidência: Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI, segmento de trabalhadores da saúde. **2) Demais integrantes da Mesa Diretora do CNS: Segmento dos usuários: Heliana Neves Hemetério dos Santos**, Rede Nacional de Lésbicas Bissexuais Negras Feministas - REDE CANDACES BR; **Getúlio Vargas de Moura Júnior**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Vânia Lúcia Ferreira Leite**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; e **Priscila Torres da Silva**, Biored Brasil. *Segmento dos trabalhadores da saúde* - **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem - ABEN; e *Segmento de gestores/prestadores de serviços de saúde* - **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde - MS; e **Rodrigo César Faleiro de Lacerda**, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. A seguir, foi aberta a palavra a cada uma das pessoas indicadas para apresentação das candidaturas. Conselheira **Fernanda Lou Sans Magano** explicou que a indicação do seu nome à presidência foi resultado de uma construção coletiva entre os segmentos e aproveitou para agradecer o apoio a sua candidatura. Disse que o seu objetivo é fazer uma gestão de continuidade na defesa do SUS, em uma gestão colegiada com a Mesa Diretora do CNS e com o apoio do coletivo do Conselho. Conselheiro **Getúlio Vargas de Moura Júnior**, explicou que a chapa da Mesa diretora do CNS foi construída por consenso entre os fóruns de segmentos e solicitou o apoio de todas as pessoas a essa composição. Conselheira **Heliana Neves Hemetério dos Santos** agradeceu a indicação do seu nome e frisou que a intenção é dar continuidade ao trabalho coletivo e harmônico que vinha desenvolvendo na Mesa Diretora do CNS, em busca do fortalecimento do SUS e do controle social. Conselheira **Priscila Torres da Silva** agradeceu a indicação do seu nome e afirmou que a ideia é fazer uma gestão colaborativa. Inclusive, sinalizou que a apresentação de uma chapa única representa o consenso e a harmonia do coletivo. Conselheira **Vânia Lúcia Ferreira Leite** também agradeceu a indicação do seu nome e disse que faria uma gestão de consenso, com respeito às diferenças. Conselheira **Francisca Valda da Silva** salientou que este é um momento de

muitos desafios, portanto, o trabalho coletivo e articulado é essencial. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** manifestou seu entusiasmo com este momento e a potencialidade de ações com esta nova composição do Conselho. Conselheiro **Rodrigo César Faleiro de Lacerda** apresentou-se e reforçou o compromisso de contribuir para que o Conselho cumpra a sua missão.

**ITEM 6 – ELEIÇÕES DA PRESIDÊNCIA E INTEGRANTES DA MESA DIRETORA - TRIÊNIO 2024-2027** – Considerando que o número de vagas e de candidatos era similar, a comissão eleitoral propôs a votação de presidência e Mesa Diretora do CNS em um único momento e não de forma separada, como previa o Regulamento. A proposta foi aceita e procedeu-se à votação das pessoas candidatas. Das 47 pessoas eleitoras presentes, 44 foram votantes. Antes, porém, houve um minuto de silêncio por conta do falecimento de Nelson Flores, um grande defensor da luta contra a hanseníase.

**ITEM 7 – APURAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS DA ELEIÇÃO DA PRESIDÊNCIA E INTEGRANTES DA MESA DIRETORA - TRIÊNIO 2024-2027** – A comissão eleitoral, acompanhada dos fiscais indicados, fez a apuração dos votos e, diante do resultado, proclamou as seguintes pessoas eleitas:

1) Presidência: **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos - Fenapsi, segmento de trabalhadores da saúde. 43 votos favoráveis e um voto nulo.

2) Demais integrantes da Mesa Diretora do CNS:

*Segmento dos usuários:* **Getúlio Vargas de Moura Júnior**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM – 42 votos favoráveis; **Heliana Neves Hemetério dos Santos**, Rede Nacional de Lésbicas Bissexuais Negras Feministas - REDE CANDACES BR - 41 votos favoráveis; **Vânia Lúcia Ferreira Leite**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - 41 votos favoráveis; **Priscila Torres da Silva**, BioRed Brasil – 40 votos favoráveis.

*Segmento dos trabalhadores da saúde* – **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN – 39 votos favoráveis; e *Segmento de gestores/prestadores de serviços de saúde* - **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde – MS - 42 votos favoráveis; e **Rodrigo César Faleiro de Lacerda** - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS – 39 votos favoráveis. Foram 44 pessoas conselheiras votantes. Após esse anúncio, a mesa encerrou o primeiro dia da reunião. Iniciando o segundo dia, às 9h30, foi composta a mesa para o item 8 da pauta.

**ITEM 8 - POSSE DA PRESIDÊNCIA E DOS INTEGRANTES DA MESA DIRETORA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – TRIÊNIO 2024-2027** - *Composição da mesa:* **Elisa Prieto**, representante adjunta da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS; **Fernando Zasso Pigatto**, ex-Presidente do CNS; conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, Presidenta do CNS; **Swendemberg Barbosa**, Secretário Executivo do Ministério da Saúde – MS; e **Maria do Socorro Souza**, representante da FIOCRUZ, ex-presidenta do CNS. O Secretário Executivo do MS, **Swendemberg Barbosa**, saudou os integrantes da mesa e demais presentes à solenidade de posse e cumprimentou as pessoas conselheiras que tomaram posse e as eleitas para a Presidência e a Mesa Diretora do CNS. Assumiu compromisso do Ministério da Saúde de continuar o trabalho iniciado com o CNS há dois anos, com restauração da democracia no país. Reiterou que a sociedade organizada, forte e engajada na defesa de seus direitos, é essencial para avançar e que é responsabilidade do gestor público assumir o compromisso de garantir que as demandas sejam incorporadas às políticas públicas, ações e projetos que impactam a vida do povo. Por fim, informou que a representação do Ministério da Saúde no Conselho foi renovada, com modificação nas vagas de titularidade e suplência, com vistas a assegurar a participação nas reuniões. A representante da FIOCRUZ, **Maria do Socorro Souza**, primeira mulher a presidir o CNS no mandato 2012-2015, manifestou sua satisfação em participar deste momento, especialmente neste governo democrático e popular, que possui projeto de país, com valorização do controle social. Disse que defendeu políticas importantes quando esteve na presidência do Conselho, entre elas, o Programa Mais Médicos, e, ao saudar a nova Presidenta do Colegiado, reforçou a importância dela recorrer à história e ao lugar de fala na tomada de decisões. A representante da OPAS/OMS, **Elisa Prieto**, saudou as pessoas presentes e cumprimentou o Conselho pela atuação no último período, especialmente durante a pandemia da COVID-19. Salientou que são novos desafios postos, entre eles, o impacto das mudanças climáticas na saúde, em nível nacional e global. Disse que a OPAS conta com o CNS para levar a experiência do controle social a outros países, com construção social das políticas públicas. Finalizou reiterando que a Organização está à disposição para continuar contribuindo com o Conselho. Conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, Presidenta do CNS, em uma fala emocionada, fez uma saudação a todas as pessoas e agradeceu a presença do Secretário Executivo do Ministério pelo apoio ao Conselho e pelo cuidado com os interesses do SUS. Além disso, reconheceu a atuação do ex-presidente do CNS Fernando Pigatto, especialmente durante a pandemia de

Covid-19. Também reforçou a importância da relação com a OPAS/OMS e agradeceu o apoio da primeira presidenta do Conselho. Salientou, neste momento de renovação, a importância de todos os segmentos para garantir que o CNS cumpra o seu papel de fiscalização, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas de saúde. No contexto atual, sinalizou que é preciso considerar os avanços, entre eles, realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde e eleição do governo democrático e popular representado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Apontou ainda a valorização do controle social por esta gestão e a relação fraternal entre Ministério da Saúde e Conselho Nacional, em que cada um cumpre seu papel legal. Fez uma saudação especial aos ex-integrantes da Mesa Diretora do CNS e menção às pessoas eleitas para a gestão 2024-2027: Getúlio Vargas de Moura Júnior; Heliana Neves Hemetério dos Santos; Vânia Lúcia Ferreira Leite; Priscila Torres da Silva, Biored Brasil; Francisca Valda da Silva; Neilton Araújo de Oliveira; e Rodrigo César Faleiro de Lacerda.

**ITEM 9 – APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS E DA MESA DIRETORA DO CNS 2025** - *Composição da mesa – integrantes da Mesa Diretora do CNS:* conselheiro **Getúlio Vargas de Moura Júnior**; conselheira **Heliana Neves Hemetério dos Santos**; conselheira **Francisca Valda da Silva**; e conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**. Primeiro, foi aberta a palavra aos novos integrantes da Mesa Diretora do CNS, recém-empossados. Conselheiro **Rodrigo Cesar Faleiro de Lacerda**, após saudar todas as pessoas, salientou que este é um momento importante de renovação do Conselho e conclamou a nova composição a enfrentar o desafio de ampliar a participação social em todos os 5570 municípios do país. Fechou reiterando seu compromisso de atuar no sentido de fortalecer os princípios e diretrizes do SUS. Conselheira **Vânia Lúcia Ferreira Leite** agradeceu a confiança na escolha do seu nome para compor a Mesa Diretora do CNS, representando o segmento de usuários e reiterou o compromisso de lutar pelo fortalecimento do SUS e seus princípios, de forma coletiva, com respeito à diversidade. Conselheiro **Getúlio Vargas de Moura Júnior** fez uma saudação ao ex-presidente do CNS pela gestão e reiterou a importância de defesa da democracia, da saúde e do SUS, haja vista a interrelação entre esses três pontos. Nas suas palavras, em 2025, será necessário reafirmar o controle social e fortalecer o SUS, com defesa da democracia e da garantia de financiamento. Na sequência, a mesa colocou em apreciação da proposta de calendário de reuniões ordinárias do Pleno do CNS para o ano de 2025 e a proposta de data para realização do planejamento do Conselho para o triênio 2024-2027. A saber: **362ª RO** - 29 e 30 de janeiro. Planejamento do CNS - 10 e 11 de fevereiro. **363ª RO** - 12 e 13 de fevereiro. **364ª RO** - 12 de 13 de março. **365ª RO** - 9 e 10 de abril. **366ª RO** - 7 e 8 de maio. **367ª RO** - 11 e 12 de junho. **368ª RO** - 9 e 10 de julho. **369ª RO** - 6 e 7 de agosto. **370ª RO** - 10 e 11 de setembro. **371ª RO** - 8 e 9 de outubro. **372ª RO** - 5 e 6 de novembro. **373ª RO** - 10 de 11 de dezembro. **Deliberação: aprovado, por unanimidade, o calendário de reuniões ordinárias do CNS para o ano de 2025. O Pleno aprovou ainda a data da primeira reunião da Mesa Diretora do CNS em 2025: 21 e 22 de janeiro. O calendário com as demais reuniões da Mesa Diretora do CNS será votado posteriormente.**

**ITEM 10 – ENCAMINHAMENTOS DO PLENO** - *Composição da mesa:* conselheira **Francisca Valda da Silva**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS. **1)** Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPCC. *Participação:* conselheira **Sylvia Elizabeth de Andrade Peixoto**. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS, explicou que o CNS recebeu demanda para manifestar-se sobre a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer – PNPCC e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer. Desse modo, integrantes da Comissão Intersetorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica – CICTAF/CNS, da Comissão Intersetorial de Pessoas com Patologias – CIPP/CNS e da Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde - CIVIS reuniram-se no dia 28 de novembro de 2024 para debater a Política. Conselheira **Sylvia Elizabeth de Andrade Peixoto** fez um breve relato sobre a análise da Política, para melhor compreensão do Pleno do Conselho. Na sequência, conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** fez a leitura dos encaminhamentos da reunião conjunta das referidas Comissões – CICTAF, CIASPP e CIVIS: **1)** aprovar a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; **2)** apoiar a Rede de Prevenção e Controle do Câncer, com o compromisso de acompanhar as portarias relacionadas; **3)** Manter diálogo contínuo entre as referidas comissões e a SAES, com o objetivo de monitorar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; **4)** encaminhamento, por parte da Coordenação-Geral da Política

Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, da minuta da portaria da Rede de Prevenção e Controle do Câncer; 5) Analisar a minuta das portarias da Rede de Prevenção e Controle do Câncer e dos Serviços de Terapia Assistida; e 6) realizar reuniões com a SAES/MS para acompanhamento da Política. Essas ações visam fortalecer a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer e garantir a efetiva implementação das diretrizes e resoluções pertinentes. Feita a leitura das propostas, explicou que a proposta é aprovar o mérito de recomendação para aprovação da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer. A Portaria da Política, que está em conclusão, deverá ser enviada à Mesa Diretora do CNS.

**Deliberação: o mérito da recomendação foi aprovado por unanimidade.** 2) Moção de Apoio nº 004, de 6 de dezembro de 2024. Expressa apoio à adoção de políticas de ações afirmativas para ampliação e a democratização do acesso às vagas de residências em saúde. O texto é o seguinte: “O Presidente do Conselho Nacional de Saúde - CNS, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CNS e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e Considerando as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que, em seu Art.1º, inciso III prevê que a dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito; Considerando que a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (Art. 3º, incisos I e IV da Constituição Federal de 1988); Considerando a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências; Considerando a Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União; Considerando a Lei nº 14.723/2023, que altera a Lei de Cotas para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública; Considerando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade de ações afirmativas no ensino superior afirmado na ADPF 186/2009; Considerando que o Conselho Federal de Medicina ingressou com ação civil pública contra cotas em residências médicas; Considerando a perspectiva de reparação histórica e reconhecimento do racismo estrutural, da desigualdade social, do capacitismo e diversas opressões Ministério da Saúde / Conselho Nacional de Saúde 2/2 que impactam o acesso e a permanência de pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiências, transexuais, travestis e todas as populações historicamente vulnerabilizadas; Considerando que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) compreende que a Política Nacional de Residências em Saúde, em construção, precisa incluir a proposição de cotas e outras políticas de ação afirmativas aliada a uma política de assistência estudantil ao residente para sua permanência, inclusão e equidade, conforme deliberações do CNS e de Conferências de Saúde; Considerando que a ampliação e a democratização do acesso às residências em saúde precisa contemplar a reserva de vagas por meio das cotas e a permanência através de propostas de oferta de local de descanso/repouso e a oferta refeição nos ambientes de formação e cenários de aprendizagem; Considerando que a formação por meio das Residências em Saúde tem papel fundamental na construção de sujeitos implicados e comprometidos com a luta pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, a partir da Reforma Sanitária Brasileira, atuando no fortalecimento do próprio sistema; e Considerando as atribuições conferidas ao Presidente do Conselho Nacional de Saúde pela Resolução CNS nº 407, de 12 de setembro de 2008, art. 13, Inciso VI, que lhe possibilita decidir, ad referendum, acerca de assuntos emergenciais, quando houver impossibilidade de consulta ao Plenário, submetendo o seu ato à deliberação do Pleno em reunião subsequente. Vem a público ad referendum do Pleno do Conselho Nacional de Saúde Expressar apoio à adoção de políticas de ações afirmativas para a ampliação e a democratização do acesso às vagas de residências em saúde, inclusive com a sua incorporação na Política Nacional de Residências em Saúde, em construção”. **Deliberação: a**

**moção foi aprovada. 3)** Recomendação nº 040, de 6 de dezembro de 2024. Recomenda, *ad referendum*, ao Ministério da Educação que reconheça a especificidade e defina a exigência da modalidade de ensino presencial para os cursos da área da saúde, nos novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. No documento, o Pleno do CNS recomenda, *ad referendum*, ao Ministério da Educação - MEC: I - Que acate, com a máxima celeridade, as recomendações do Conselho Nacional de Saúde nos novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância, nos quais deve ser destacada, expressamente, a exigência da modalidade de ensino presencial para os cursos da área da saúde, pelos motivos expostos no Parecer Técnico nº 318/2024, anexo a esta Recomendação; II - Que seja assegurada, unicamente, a presencialidade na formação em saúde, no âmbito da graduação, compreendendo-se presencialidade como a participação física de estudantes e professores em locais e tempos pré-determinados para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; III - Que sejam vedados o credenciamento e a autorização de cursos de graduação na modalidade EaD na área da saúde, dada sua natureza e especificidade, expressas na necessidade de experiências práticas concretas, nos vínculos interpessoais entre estudantes, profissionais, usuários e gestores, nas vivências interprofissionais e colaborativas, as quais exigem a presencialidade no processo de ensino-aprendizagem; IV - Que as atividades com uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) não devem ultrapassar 20% da carga-horária total do curso, não devendo ser incluídas nessa metodologia/estratégia de ensino/aprendizagem as disciplinas de caráter assistencial e/ou práticas, que tratem do cuidado/atenção em saúde individual e coletiva; V - Que sejam revogados o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e a Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, no âmbito da elaboração dos novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância; VI - Que a oferta de novos cursos e vagas ocorra mediante estudos de sua necessidade, uma vez que dados dos censos da educação superior mais recentes vêm apontando o excesso de vagas, o que compromete o futuro das profissões, o equilíbrio da oferta e, sobretudo, a qualidade da formação e da atenção à saúde da população; VII - Que o Conselho Nacional de Educação - CNE não modifique os textos das DCNs dos cursos de graduação da área da saúde, no que diz respeito à presencialidade, respeitando as deliberações do Plenário do Conselho Nacional de Saúde; e VIII - Que o Ministério da Educação realize uma Consulta Pública sobre a minuta de Decreto que pretende publicar com os novos referenciais de qualidade e marco regulatório para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. Conselheira **Francisca Valda da Silva** explicou que a recomendação já havia sido encaminhada ao MEC. **Deliberação: a recomendação foi aprovada com um voto contrário.** Por fim, a Presidenta do CNS informou que no início de 2025 seria lançado o edital e chamada de seleção para a primeira turma do “*Participa Saúde - Mestrado Profissional em Participação e Controle Social em Saúde*”, desenvolvido e ofertado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca -ENSP/Fiocruz, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, e a Secretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS/MS. Os interessados poderiam inscrever-se pelo portal [acesso.fiocruz.br](http://acesso.fiocruz.br). A formação tem como objetivo fortalecer os conselhos de saúde em todo o país, em todas as esferas. Para isso, o curso une a produção de conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais que fortaleçam a democracia, ampliando a participação e o controle social no âmbito das políticas públicas de saúde brasileiras. A seleção dos candidatos será realizada por comissão avaliadora, formada por docentes indicados por instrução normativa da ENSP/FIOCRUZ. O processo seletivo compreende duas etapas com participação obrigatória de todos os candidatos: a) Etapa I – Eliminatória e Classificatória: Prova de Inglês ou Espanhol e Prova de Conhecimentos Específicos b) Etapa II – Eliminatória e Classificatória: Análise Documental e Entrevista. **ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, Presidenta do CNS, encerrou a 78ª Reunião Extraordinária do CNS. Estiveram presentes as seguintes pessoas conselheiras: **Titulares** - **Abrahão Nunes da Silva**, Central de Movimentos Populares (CMP); **Ana Paula Castelo Fonseca Moreira**, Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA); **Anselmo Dantas**, Federação Interestadual dos Odontologistas – FIO; **Carlos Augusto Grabois Gadelha**, Ministério da Saúde (MS); **Carmem Silvia Ferreira Santiago**, Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Cleide Cilene Farias Tavares**, Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde); **Derivan B. da Silva**, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO); **Dulcilene Silva Tiné**, Federação Brasileira de Hospitais (FBH); **Edna Aparecida Alegro**, Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);



416 **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca**  
 417 **Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Getúlio Vargas de Moura**  
 418 **Júnior**, Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); **Haroldo Jorge de**  
 419 **Carvalho Pontes**, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); **Helenice Yemi**  
 420 **Nakamura**, Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa); **Heliana Neves Hemetério dos**  
 421 **Santos**, Rede Nacional de Lésbicas Bissexuais Negras Feministas (REDE CANDACES BR);  
 422 **João Donizeti Scaboli**, Força Sindical (FS); **José Ramix de Melo Pontes Junior**,  
 423 Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares  
 424 (CONTAG); **Lucimary Santos Pinto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde  
 425 (CNTS); **Luiz Alberto Catanoso**, Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos  
 426 da Força Sindical - SINDNAPI; **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de  
 427 Trabalhadores – NCST; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional de Associações  
 428 de Diabético (FENAD); **Marcia Cristina das Dores Bandini**, Associação Brasileira de Saúde  
 429 Coletiva (ABRASCO); **Maria do Carmo Tourinho Ribeiro**, Associação Brasileira de Autismo  
 430 (ABRA); **Maria Thereza Almeida Antunes**, Federação Brasileira das Associações de  
 431 Síndrome de Down (FBASD); **Mauri Bezerra dos Santos Filho**, Confederação Nacional dos  
 432 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS); **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério  
 433 da Saúde (MS); **Rafaela Bezerra Fernandes**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em  
 434 Serviço Social (ABEPSS); **Raimundo Carlos Moreira Costa**, Sindicato Nacional dos  
 435 Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos - Filiado à CUT (SINTAPI-CUT); **Rildo**  
 436 **Mendes**, Articulação dos Povos Indígenas Região Sul (ARPIN-SUL); **Rosa Maria Anacleto**,  
 437 União de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO); **Swedenberger do Nascimento**  
 438 **Barbosa**, Ministério da Saúde (MS); **Sylvia Elizabeth de Andrade Peixoto**, Retina Brasil;  
 439 **Vânia Lúcia Ferreira Leite**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); **Veridiana**  
 440 **Ribeiro da Silva**, Conselho Federal de Farmácia – CFF; **Victoria Matos das Chagas Silva**,  
 441 União Nacional dos Estudantes (UNE); e **Walquiria Cristina Batista Alves Barbosa**,  
 442 Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares (ABRAZ). *Suplentes* – **Alex Gomes**  
 443 **da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, Associação  
 444 Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Doenças Raras – SUPERANDO; **Carlos**  
 445 **Alberto Ebeling Duarte**, Articulação Social Brasileira para o Enfrentamento da Tuberculose -  
 446 ART TB BR; **Edna Maria dos Anjos Mota**, Conselho Federal de Enfermagem (COFEN);  
 447 **Eurídice Ferreira de Almeida**, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-  
 448 Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; **Jacildo de Siqueira**  
 449 **Pinho**, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do  
 450 Brasil (CONTRAF); **Jonas Matos da Silva**, Confederação Nacional do Comércio de Bens,  
 451 Serviços e Turismo (CNC); **João Alves do Nascimento Júnior**, Conselho Federal de Medicina  
 452 Veterinária – CFMV; **Lenise Aparecida Martins Garcia**, Pastoral da Pessoa Idosa (PPI);  
 453 **Maicon Ricardo Nunes Martins**, Movimento Negro Unificado (MNU); **Marcos Vinícius Soares**  
 454 **Pedrosa**, Ministério da Saúde (MS); **Maria Laura Carvalho Bicca**, Federação Nacional dos  
 455 Assistentes Sociais (FENAS); **Oldack Cezar Rocha Sucupira**, Central Única dos  
 456 Trabalhadores (CUT); **Pérola Nazaré de Souza Ferreira**, Organização Nacional de Cegos do  
 457 Brasil - (ONCB); **Renata Soares de Souza**, Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas  
 458 (MNCP); **Raimundo José Arruda Bastos**, Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela  
 459 Democracia (ABMMD); **Rodrigo Cesar Faleiros de Lacerda**, Conselho Nacional de  
 460 Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS); **Ruth Cavalcanti Guilherme**, Associação  
 461 Brasileira de Nutrição (ASBRAN); **Thâmara Gonçalves dos Reis**, Conselho Federal de  
 462 Biologia (CFBIO); **Tiago Felix dos Santos**, Confederação Nacional dos Agentes Comunitários  
 463 de Saúde (CONACS); e **Vanja Andréa Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres (UBM).